

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Letícia Vilela Oliveira Magalhães

Através das vozes: o que a leitura e a escrita das mulheres privadas de liberdade
têm a nos dizer

Juiz de Fora
2025

Através das vozes: o que a leitura e a escrita das mulheres privadas de liberdade tem a nos dizer

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Juiz de Fora,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Yara Cristina Alvim

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vilela Oliveira Magalhães, Letícia.

Através das vozes : o que a leitura e a escrita das mulheres privadas de liberdade tem a nos dizer / Letícia Vilela Oliveira Magalhães. -- 2025.
40 p.

Orientadora: Yara Cristina Alvim

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2025.

1. Sistema Prisional. 2. Mulheres. 3. Escrita. 4. Leitura. 5. Narrativas. I. Cristina Alvim, Yara, orient. II. Título.

Letícia Vilela Oliveira Magalhães

Através das vozes: o que a leitura e a escrita das mulheres privadas de liberdade
tem a nos dizer

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Juiz de Fora,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

BANCA EXAMINADORA

Titulação Nome e Sobrenome - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Titulação Nome e Sobrenome
Instituição

Titulação Nome e Sobrenome
Instituição

Dedico este trabalho aos meus pais, Fabiana, que me fez ser apaixonada por livros, e Carlos Eduardo, que sempre fizeram de tudo pela minha educação e sempre se orgulharam de mim até nas pequenas conquistas. Obrigada por serem minha base e meu refúgio. Meu amor por vocês é imensurável.

Aos meus amigos que nunca me deixaram desistir e aguentaram essa jornada me incentivando e acreditando no potencial da minha pesquisa. Vocês têm todo o meu coração. Obrigada por nunca desistirem.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meus agradecimentos vão todos para as mulheres privadas de liberdade que me deram a chance de conhecê-las para além daquilo que é exposto e fizeram o meu trabalho acontecer. Sem elas, nada disso seria possível. Obrigada pelas risadas, encontros e conversas. Vocês ressignificaram o início da minha docência. Espero que eu tenha contribuído para seus futuros e que eles sejam mais leves do jeito que vocês merecem.

Ao projeto Literatura e Cárcere, principalmente a Isabelle, que embarcou comigo nessa jornada para concluir minha pesquisa. O projeto é muito necessário para todas essas mulheres privadas de liberdade e para os estudantes. É importante conhecer e descobrir diferentes realidades para além dos estereótipos. Espero que o projeto seja cada vez mais reconhecido e cresça cada dia mais. Obrigada por todo apoio, sem vocês, minha pesquisa não se tornaria realidade.

Aos meus pais, que também contribuíram para que essa pesquisa acontecesse, procurando contatos para que eu pudesse entrar no presídio. Obrigada por tudo que sempre fazem por mim, por se dedicarem e torcerem sempre. O apoio e amor de vocês me fazem ser capaz de conquistar tudo.

À minha vó que sempre fala com orgulho que tem uma neta professora. Vó, é um orgulho realizar o seu sonho de ser professora e um privilégio ser sua neta.

Às minhas amigas que aguentaram meus desesperos e choros sem me deixar desanimar: vocês são incríveis e eu espero poder retribuir todo amor e cuidado que tiveram por mim durante esses anos.

Ao meu amor, Henrique, que sempre me apoiou e incentivou. Obrigada por cuidar de mim tão bem e sempre acreditar que eu era capaz. É uma honra ser amada por você.

“Onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”. (Paulo Freire, 1996, p.(32)).

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa realizada no Anexo Feminino Eliane Betti, localizado em Juiz de Fora, Minas Gerais, a fim de investigar como a educação, a leitura, a escrita e o Projeto Literatura e Cárcere atravessam as vidas das mulheres privadas de liberdade ao longo de suas trajetórias. Foram realizados encontros mensais, onde havia rodas de conversas para debater sobre os livros que eram lidos no mês. Através disso, surgiam falas sobre suas trajetórias e suas perspectivas para o futuro. A metodologia utilizada para realizar essa pesquisa de campo foi investigação qualitativa, uma vez que o objetivo era escutar e observar de forma acolhedora essas mulheres que estavam no ambiente de privação. Para isso, foram realizadas entrevistas com quatro mulheres ao longo dos meses, com tópicos separados por quatro principais eixos, sendo eles: 1 – Trajetórias na Educação Formal; 2 – Experiências de Leitura; 3 – Experiências de Escrita e 4 – Relação com o Projeto Literatura e Cárcere. Dessa forma, foi possível compreender como a leitura e a escrita foram ressignificadas no ambiente prisional e, juntamente com o Projeto Literatura e Cárcere, tornaram-se refúgios para essas mulheres.

Palavras-chave: sistema prisional; mulheres; escrita; leitura; narrativas.

ABSTRACT

This paper presents research carried out at the Eliane Betti Women's Annex, located in Juiz de Fora, Minas Gerais, in order to investigate how education, reading, writing and the Literature and Prison Project affect the lives of women deprived of their liberty throughout their careers. Monthly meetings were held to discuss the books that had been read that month. As a result, they talked about their trajectories and their prospects for the future. The methodology used to carry out this field research was qualitative, since the aim was to listen to and observe these women in a welcoming way. To this end, interviews were conducted with four women over a period of months, with topics separated into four main axes: 1 - Trajectories in Formal Education; 2 - Reading Experiences; 3 - Writing Experiences and 4 - Relationship with the Literature and Prison Project. In this way, it was possible to understand how reading and writing were re-signified in the prison environment and, together with the Literature and Prison Project, became refuges for these women.

Keywords: prison system; women; writing; reading; narratives.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	Como surge o Sistema Prisional	18
3	Cadeia do Não: Anexo Eliane Betti destinado às mulheres privadas de liberdade em Juiz de Fora	20
4	Projeto de Extensão Literatura e Cárcere	22
5	Além da remissão: o papel da literatura para as assistidas durante o projeto	25
6	Metodologia	27
7	As principais vozes do Projeto Literatura e Cárcere.....	29
7.1	Trajetórias na Educação.....	30
7.2	A leitura no ambiente do cárcere.....	333
7.3	A escrita como forma de desabafo.....	35
7.4	O significado do projeto para as assistidas	366
	Considerações Finais	38
	REFERÊNCIAS.....	400

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a literatura e o processo de escrita atravessam a trajetória das mulheres privadas de liberdade no sistema prisional de Juiz de Fora a partir do projeto de extensão “Literatura e Cárcere”, desenvolvido no âmbito da Clínica de Direitos Fundamentais e Transparência da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A população carcerária feminina brasileira aparece como terceira maior do mundo, segundo levantamento do World Female Imprisonment List (2022), e mesmo com uma redução de 4,49% dessa população em relação aos dados divulgados em 2017, o Brasil conta, até o levantamento, com 42.694 mulheres em situação de privação de liberdade. Em relação à América do Sul, o país lidera. Além disso, a população carcerária feminina é em sua maioria composta por mulheres jovens, totalizando 50% que possuem entre 18 e 29 anos. Em relação à escolaridade, 45% da população prisional feminina não completaram o ensino fundamental. (Infopen Mulheres, 2018; ITTC, 2022).

Outro dado de total relevância é sobre os delitos cometidos por essas mulheres. Quando analisamos a população carcerária feminina, em sua maioria, são mulheres que estão presas por causa do tráfico de drogas (62%). Sendo assim, segundo dados do Infopen de 2017, 3 em cada 5 mulheres estão presas devido a delitos ligados ao tráfico. E, muitas vezes, esses crimes são incentivados pelos seus cônjuges masculinos. Mesmo que perante a lei, os direitos em relação a visitas formais ou íntimas sejam igualmente para homens e mulheres, essas são socialmente condenadas, sendo esquecidas e rejeitadas por seus cônjuges e famílias, sendo afastadas de seus filhos e tendo que conviver com o sentimento de abandono. De acordo com o Drauzio Varella, “a sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas de uma mulher envergonha a família inteira” (2017, p. 37).

Ao longo dos anos, tivemos avanços em relação a ações e projetos educacionais que foram viabilizados através de políticas públicas para a população privada de liberdade, criando meios que contribuam para que essas mulheres consigam sair do local de esquecimento ao qual foram submetidas. Uma delas é a Lei nº7.210/1984 - Lei de Execução Penal (LEP) que prevê meios para a ressocialização de forma humanizada no sistema prisional. No capítulo “Da Assistência”, seção V, a LEP discorre sobre a educação prisional através dos artigos 17 a 21. O Art. 17 traz

que a assistência educacional compreenderá a instituição escolar e a formação profissional do preso. Logo após, o Art. 18 estabelece que o ensino fundamental deverá ser obrigatório, integrando-se no sistema escola da Unidade Federativa. O Art. 20 discorre sobre a possibilidade de convênios com entidades públicas ou particulares, a fim de promover atividades educacionais ou ofereçam cursos especializados.

A Lei nº9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê no Art. 37 que a educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles “que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996). Essa medida é reforçada e complementada pela Resolução nº2, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. O Art. 3, inciso III, discorre sobre as ações complementares ligadas a cultura, educação profissional, fomento à leitura. O Art. 6 reforça a LEP, uma vez que prevê “parcerias com diferentes esferas e áreas do governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil”. (Brasil, 2010)

Em maio de 2021, foi aprovada a Resolução nº391/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê o reconhecimento do direito à remissão de pena por meios de práticas sociais educativas como as atividades escolares, as atividades escolares não-escolares e a leitura de obras literárias. O Art. 5 da Resolução, discorre sobre a remissão de pena por meio da leitura da pessoa privada de liberdade que comprove a leitura de qualquer obra literária. No Inciso I, prevê que as obras a serem lidas serão apenas as disponibilizadas no acervo da biblioteca da unidade prisional. O Inciso IV estabelece que empréstimo de livro terá o prazo de vinte e um a trinta dias para a realização da leitura, e, após, terão até dez dias para realizar um relatório de leitura sobre a obra. O Inciso V determina que para cada livro lido que seja efetivamente avaliado corresponde à quatro dias de remissão de pena, limitando-se a um livro lido por mês, totalizando a possibilidade de quarenta e oito dias de remissão a cada doze meses. O Parágrafo 1º da Resolução nº391/2021 estabelece sobre a avaliação do relatório de leitura realizada pela Comissão de Validação que foi designada pelo Juízo. Sendo assim, será considerado conforme “o grau de letramento, alfabetização e escolarização da pessoa privada de liberdade, a estética textual (legibilidade e

organização do relatório), a fidedignidade (autoria) e a clareza do texto (tema e assunto do livro lido)” (Brasil, 2021). No Inciso III prevê que a avaliação não tem cunho de avaliação pedagógica ou de prova, limitando-se a verificação da leitura realizada durante o período pela pessoa privada de liberdade, estas se sintam acolhidas e seguras para compartilharem suas histórias e perspectivas de vida umas com as outras, gerando reflexões. Jéssyca Bózio e Beatriz Molin afirmam que as

ações que caracterizam um ensino preocupado com o desenvolvimento de habilidades que preparem o sujeito para a vivência das práticas reais do convívio social ampliam os horizontes do apenado, aumentam sua autoestima e proporcionam-lhe novas possibilidades num futuro em que almejam inserir-se novamente na sociedade (2016, p.116).

Tendo em vista que o educar é equipar o sujeito com conhecimentos, atitudes e valores, permitindo que este compreenda a si mesmo como parte da sociedade, através de projetos focados na literatura, é possível alcançar esse objetivo, uma vez que o letramento literário permite a interação, a construção e ampliação de universos possibilitando a conscientização do indivíduo, auxiliando na construção de sua identidade, na sua emancipação e autonomia, além de poder refletir através das diferentes histórias o modo de ser e estar no mundo, pensando na construção da sua própria trajetória. De acordo com Winchuar e Bahls (2017, p. 149), as “práticas de leitura não trata de transmitir verdades, informações, normas, mas sim de criar referências. (...) que tornam essas práticas indispensáveis no ambiente penitenciário, pois podem suscitar nos leitores novas formas de ver o mundo e o que os cerca”.

É necessário que se compreenda que essas mulheres são construtoras de suas trajetórias. Walter Benjamim (1994) discute sobre como a formação nos possibilita analisar diferentes concepções em disputa de espaços. Com isso, há aparatos para refletir sobre mudanças e ter instrumentos para novas lutas, pois quando se considera o que foi feito no passado, entende o presente e o seu contexto. A partir disso, através da dialogicidade é possível conhecer os meios sociais, culturais e econômicos que as educandas estão inseridas. Fazer a relação entre a leitura que foi feita e o cotidiano, as relações e o que se observa é importante para que elas aprendam sobre a sociedade, a cultura que estão inseridas e sobre si mesmas, pois é mais fácil explorar significativamente conteúdos que fazem parte do contexto mais próximo delas, permitindo ensinar sobre o respeito ao outro, as relações de convivência no dia a dia, na família, fora do ambiente prisional. Paulo Freire, que propõe uma prática que seja

problematizadora e que dialogue com os alunos, traz o valor do diálogo na educação. Para ele,

O diálogo [...] é um ato de criação, de afirmação reflexiva sobre o mundo, acerca da realidade histórica e concreta. É a demonstração da capacidade humana de entender-se, compreender-se mutuamente: todavia, o exercício do diálogo requer de cada sujeito uma atitude humilde e radicalmente democrática. É nesse sentido em que sujeitos dialógicos aprendem e crescem nas diferenças, sobretudo no respeito a elas. (FREIRE, p.60, 1996)

Dessa forma, há uma prática investigadora que prioriza e respeita os seus educandos, ampliando, aos poucos, seus conhecimentos. Parte inicialmente conhecendo sua realidade para depois ir adquirindo aprendizados que permitem compreender a sociedade em que estão inseridos, as causas de suas ações e pensar em formas de superar as desigualdades, mudando a sua trajetória. E, a partir da leitura do texto literário, há a possibilidade que o leitor se veja como personagem principal, criando oportunidades para que este possa refletir sobre sua trajetória e seu estar no mundo. Candido (1995), disserta sobre a função humanizadora da literatura, ou seja, o ato de ler traz questões que estão ligadas para além da história que se encontram nas páginas, conectando-se com as vivências do leitor e gerando perguntas sobre aquilo que os rodeiam. Por isso, “o sujeito que lê sabe perguntar mais do que responder” (Valarini, 2009, p.12. A partir da sua bagagem cultural, o indivíduo vai atribuindo sentidos aquilo que está lendo, por isso cada leitura é uma vivência única.

Por meio da leitura é possível (re)construir sua autonomia, identidade, autoestima, possibilitando a reflexão sobre suas trajetórias e meios para construir outras possibilidades de futuro. Arelado a isso, a escrita contribui para ampliar essa percepção, uma vez que ao escrever sobre o que foi lido, permite uma nova reflexão. Quando se discute a importância da ressocialização através de projetos educacionais, a literatura e a escrita surgem como principais aliados.

Ao analisar e entender a importância da literatura, da escrita e, principalmente, da escuta, nesta dissertação será apresentado resultados de uma pesquisa na qual analisou a importância da literatura e da escrita na vida das mulheres privadas de liberdade, realizada no Anexo Feminino Eliane Betti, em Juiz de Fora. Tal pesquisa foi realizada através de encontros mensais realizados pelo projeto “Literatura e Cárcere”.

O Projeto tem como objetivo a remissão de pena através da leitura. O grupo realizava debates acerca do livro lido e, para além disso, ressaltava a importância do projeto para além da remissão. Essa parcela de mulheres teve trajetórias marcadas

por abandono e discriminação. Elas queriam ser escutadas de forma respeitosa e o projeto viabilizava isso. As conversas partiam das discussões dos livros para assuntos relacionados a vida pessoal delas, tanto falando do passado quanto dos planos para o futuro.

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa surgiu como forma de trazer essas vozes à tona, dar o espaço e a atenção necessária a elas. Para isso, foram realizadas entrevistas com quatro mulheres ao longo dos meses, com tópicos separados por quatro principais eixos, sendo eles: 1 – Trajetórias na Educação Formal; 2 – Experiências de Leitura; 3 – Experiências de Escrita e 4 – Relação com o Projeto Literatura e Cárcere. A fim de investigar sobre como a educação, a leitura, a escrita e o Projeto Literatura e Cárcere atravessam a vida dessas mulheres ao longo de suas trajetórias.

2 Como surge o Sistema Prisional

Ao discutir sobre o encarceramento feminino é importante, primeiramente, compreender o surgimento e o propósito das prisões até chegar atualmente.

O sistema prisional que hoje é conhecido originou-se no final do século XVIII e início do século XIX. De acordo com Michel Foucault, houve uma reestruturação do poder de punir, desejando atingir e marcar não apenas o corpo daquele que cometeu algum delito, mas também sua alma. A tortura deixa de ser uma forma de punir e cria-se um sistema com normas e leis, rearticulando o poder de punir. “Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente” (FOUCAULT, 1987, p. 15), mas sim as vontades, o intelecto e o coração do indivíduo. Sendo assim, a prisão tem como objetivo impor normas sociais, a fim de transformar esses indivíduos para que possam voltar a fazer parte da sociedade.

Apesar das melhorias e reformulações das instituições carcerárias, ainda há um ponto importante a ser discutido: a violência reproduzida dentro do ambiente de reclusão. Geralmente, como é no caso do Brasil, a prisão não consegue diminuir a propagação da violência. Na maioria das vezes, o indivíduo acaba reiterando aquilo que viveu em sociedade na prisão. Dessa forma, ao ter sua liberdade, tem grandes chances de continuar praticando os mesmos delitos aqui fora. Não há o processo de ressocialização, deixando-os a margem da criminalidade novamente. Mesmo que haja falhas, ainda não se conhece outro método que consiga reprimir a violência.

O sistema jurídico brasileiro baseia-se nas sete máximas universais da boa “condição penitenciária” de Foucault (1987), que são elas:

1. **Princípio da Correção:** tem como função transformar o comportamento do indivíduo;
2. **Princípio da Classificação:** diz respeito a organização dos detentos, separando-os de acordo com o crime que cometeram;
3. **Princípio da Modulação da Pena:** as penas devem ser aplicadas e modificadas de acordo com a individualidade e o comportamento de cada indivíduo;
4. **Princípio do Trabalho como Obrigação e Direito:** tem finalidade educativa, a fim de transformar e socializar o indivíduo. Além de dar recursos a família do detento;

5. **Princípio da Educação Penitenciária:** é um interesse da sociedade e obrigação do poder público com o indivíduo, estimulando a sua ressocialização;
6. **Princípio do Controle Técnico da Detenção:** o regime da prisão deve ser controlado por pessoas que são especializadas e treinadas a fim de zelar pela boa formação dos indivíduos;
7. **Princípio das Instituições Anexas:** o encarceramento deve ser acompanhado até a reinserção social definitiva do indivíduo.

Porém, em grande maioria, as instituições carcerárias não cumprem essas “máximas”, focando apenas em tirar aquele indivíduo que cometeu algum crime da sociedade por um tempo determinado, mas sem intenção de ressocialização, utilizando da violência contra esses indivíduos como forma de consertar o erro que ele cometeu. Ao longo dos anos, houve políticas públicas que contribuíram para a criação de projetos voltados para a ressocialização, como a Resolução nº391/2021, que prevê, como citado anteriormente, a remissão da pena através da leitura.

Essa Resolução viabiliza projetos como o “Literatura e Cárcere”, que tem como objetivo buscar a ressocialização através da leitura e é realizado no Anexo Feminino Eliane Betti, localizado em Juiz de Fora – MG.

3 Cadeia do Não: Anexo Eliane Betti destinado às mulheres privadas de liberdade em Juiz de Fora

Até 2018, não havia um presídio exclusivamente feminino em Juiz de Fora e o pavilhão IV da Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires (PPACP) era destinado para as mulheres. Este, que foi construído para receber apenas o público masculino, teve que adaptar-se para receber essas mulheres privadas de liberdade. Com isso, é possível conceber que não havia estrutura necessária para suportar as necessidades das detentas, uma vez que não havia separação em relação às celas, ou seja, todas as presas ficavam juntas, independente da sua situação: sentenciadas e provisórias, em regime fechado e semiaberto e sem diferenciação em relação aos tipos de crime cometidos. Dessa forma, agravou-se ainda mais o quadro de superlotação.

A estrutura para receber essas mulheres também era precária. De acordo com Igan Figueiredo Mainieri Silveira (2019), foram destinadas 11 celas que não tinham iluminação, com um vaso sanitário. Além disso, não havia chuveiro, mas sim uma “bica” que fornecia água gelada. Em cada cela havia beliches com duas camas, mas não tinha capacidade para atender a todas, uma vez que algumas celas tinham entre 24 a 28 mulheres. Sendo assim, elas se organizavam em pares nos colchões de solteira e algumas dormiam no chão entre as camas, que elas denominaram como “praia”.

Em relação às medidas de ressocialização, havia ações educativas, como a escola feminina, que foi desativada entre 2014 e 2017. Porém, em 2018 elas voltaram a ter acesso ao ensino fundamental, na escola localizada no interior do presídio.

Inicialmente, as mulheres eram alocadas no pavilhão IV na Penitenciária José Edson Cavaliere (PJEC). Porém, no final do ano de 2018, em outubro, o anexo da PJEC que, inicialmente era uma adaptação do alojamento masculino, passou por reformas a fim de realocar essas mulheres, uma vez que estas estariam em condições totalmente insalubres no antigo pavilhão IV. Sendo assim, nesse mesmo ano, o anexo ganha o nome de Anexo Feminino Eliane Betti, destinado apenas a mulheres. Com a reforma, o atual anexo conta com 8 celas com capacidade para 180 mulheres, duas celas destinadas a triagem com capacidade para 9 mulheres e uma sala de aula com banheiro, onde os encontros do projeto Literatura e Cárcere acontecem. Além disso, possuiu chuveiro e salas próprias para atendimento técnico. Porém, no ano de 2023,

o anexo passa por período de lotação novamente, uma vez que se encontra com 222 mulheres privadas de liberdade. Outro ponto a ser destacado é o tratamento que essas mulheres recebem. Uma das detentas denominou o presídio como a “cadeia do não”, uma vez que ali elas seriam tratadas de forma desrespeitosa na maioria do tempo, sendo negligenciadas e não tendo seus pedidos atendidos. Além disso, ao mudar a direção da unidade prisional, foi destacado que houve alteração até na quantidade de alimentos fornecidos, sendo diminuído consideravelmente.

4 Projeto de Extensão Literatura e Cárcere

Primeiramente, é importante destacar que o projeto de extensão acadêmica “Literatura e Cárcere”¹ é um dos projetos que são desenvolvidos pela Clínica de Direitos Fundamentais e Transparência (CDFT). Fundada em 2019 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a CDFT funciona como um projeto multi-interdisciplinar que visa proporcionar e consolidar os direitos fundamentais e da ética pública a grupos vulneráveis no Brasil, mais especificamente em Juiz de Fora. Atualmente, conta com a gestão composta por Amanda Muniz, como coordenadora, e com voluntários e bolsistas da graduação e pós-graduação. As atividades da Clínica são organizadas da seguinte maneira:

1. Capacitação para a advocacia estratégica de direitos fundamentais de discentes e docentes;
2. Leituras, debates e pesquisas acadêmicas sobre direitos fundamentais e ética pública;
3. Acompanhamento e assessoria jurídica a pessoas e grupos vulneráveis que tiveram seus direitos fundamentais violados, inclusive com atuação em litígios de relevante repercussão social;
4. Acompanhamento e diálogo com os três poderes, auxiliando-os nas tomadas de decisões;
5. Elaboração de pareceres para entidades e instituições, notadamente na condição de *amicus curiae*²;
6. Contribuir para a humanização da justiça e a transformação social.

¹O projeto de extensão foi criado no ano de 2022, coordenado inicialmente por Bruno Stigert e Amanda Muniz. Atualmente, com apenas uma coordenadora geral, a Professora Amanda Muniz, o projeto está passando por mudanças significativas. Primeiramente, foi integralizado no Núcleo de Estudos Contra Legem: Núcleo de Estudos em Direito e Humanidades – Cnpq/UFJF, passando por uma institucionalização. Conta com a equipe composta por cinco coordenadoras de turmas fixas e mais de quarenta estudantes voluntários que se revezam a cada visita semanal ao presídio. Com a institucionalização do projeto, o estudante poderá solicitar um certificado a cada visita, sendo enviado para o e-mail no final do período. A cada encontro, será disponibilizado uma lista de presença e um termo de compromisso relativo à entrada no presídio que será levado pelas coordenadoras de turma. Além disso, cada encontro será documentado no Google Docs, por parte de cada coordenadora. Tem como objetivo também conseguir parcerias com outros cursos da UFJF e com outras faculdades de Direito

² Expressão latina, que significa “amigo da corte”, se refere a terceiros com representatividade adequada, podendo ser pessoa física ou jurídica, órgão ou entidade especializada, que reúne informações e esclarecimentos técnicos necessários para processos judiciais. Geralmente, é bastante utilizado nos julgamentos de recursos especiais repetitivos.

Em 2022, o projeto “Literatura e Cárcere” se iniciou na Penitenciária José Edson Cavaleri (PJEC), atendendo quatro turmas, sendo duas delas pertencentes à ala masculina e duas da ala feminina no anexo Eliane Betti, visando a remissão de pena pela leitura como previsto pela Lei de Execuções Penais e pela Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)³. O projeto tem por objetivos ajudar no processo de recuperação da identidade e do seu lugar no mundo, gerando um pensamento crítico. Através da leitura do livro escolhido do mês, ocorrem as rodas de conversas, nas quais as assistidas⁴ se sentem à vontade para compartilharem suas histórias de vida, suas experiências no cárcere, suas expectativas de futuro.

Atualmente, são quase cento e quarenta assistidos pelo projeto, sendo seis turmas na Ala Masculina, com quinze alunos em cada turma, e quatro turmas na Ala Feminina, atendendo por volta de doze alunas em cada turma. O projeto de extensão é composto por cinco coordenadoras e cinco estudantes voluntários. Recentemente, o projeto se reestruturou aderindo parcerias com faculdades privadas de Direito de Juiz de Fora, contando com a participação dos estudantes durante as idas a Penitenciária. Já em relação a participação dos estudantes da UFJF, o projeto é voltado para todos os cursos, não apenas para o curso de Direito. Atualmente, conta com estudantes do curso de Direito, Letras, Pedagogia e História. É organizado através de três etapas, sendo a primeira a escolha dos livros que serão trabalhados; a segunda a elaboração de dinâmicas relacionadas ao livro escolhido e, por último, a realização dos pedidos de remissão de pena.

Os encontros ocorrem às terças-feiras no período da manhã, das 9h às 11h, sendo atendida uma turma por semana no Anexo Feminino e na penitenciária masculina, de acordo com o que foi acordado entre as direções de atendimento das unidades. Ao chegar na unidade, é necessário que a equipe passe por uma revista e espere a liberação. Geralmente são duas turmas: uma para a penitenciária masculina e outra para o Anexo feminino. É importante ressaltar que os voluntários e coordenadores devem andar juntos enquanto estão dentro da unidade.

Seguindo a Orientação Técnica n. 1/2022 que implementa a Resolução CNJ n.391/2021, que discute sobre a concessão da remissão de pena através da leitura, o

³ A Resolução trata sobre o acesso e incentivo a programas com atividades direcionados à leitura e à educação não escolar para pessoas privadas de liberdade, a fim de realizar registros para que ocorra a remissão da pena por cada livro lido.

⁴ Termo utilizado para se referir aos indivíduos privados de liberdade que fazem parte do projeto de extensão Literatura e Cárcere.

projeto se estrutura da seguinte maneira: há um livro escolhido a cada mês, que pode ficar com a detenta de 21 a 30 dias. Ao fim desse período, a equipe extensionista fornece uma prova sobre o conteúdo do livro, com questões que sejam de cunho pessoal, fornecendo material necessário para a realização da prova durante o primeiro momento. Geralmente, há uma roda de conversa após a realização das provas sobre o conteúdo e o livro, além de um lanche coletivo. As atividades são recolhidas e corrigidas pelos coordenadores de cada turma.

Para que ocorra o pedido de redução de pena, o assistido deve alcançar nota mínima de seis pontos. A partir disso, é feito os pedidos de remissão que são elaborados e distribuídos sob a supervisão da professora e coordenadora geral, Amanda Muniz e logo após são enviadas para o juízo da Vara de Execução para que, juntamente com o Ministério Público e a defesa das detentas, seja feita a avaliação os pedidos que aprovam a remissão de quatro dias de pena a cada livro lido no período de um mês. Ao longo do ano, caso haja a leitura de doze livros, há a remissão de quarenta e oito dias de pena.

O projeto também organiza ações sociais, como, por exemplo, o Outubro Rosa⁵ que ocorreu durante dois dias no anexo feminino Eliane Betti e contou com palestras sobre câncer de mama, candidíase e direitos da mulher privada de liberdade. Além disso, foi realizado um momento com oficinas de beleza e no final, um lanche coletivo, com a entrega para cada uma das detentas, de um kit com produtos de higiene pessoal (como absorventes, sabonete, escova de dente).

⁵ O termo é utilizado para tratar sobre a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. A partir disso, a equipe do projeto de extensão Literatura e Cárcere realizou a ação social com o objetivo de orientar as assistidas do Anexo Feminino sobre a saúde da mulher, através de palestras e oficinas com profissionais da saúde.

5 Além da remissão: o papel da literatura para as assistidas durante o projeto

Os livros escolhidos são os que estão no acervo do presídio e, muitas vezes, é difícil encontrar histórias que sejam realmente interessantes. Durante o encontro, foi questionado às assistidas quais livros elas queriam ler e muitas citaram o gênero romance ou comédia. O que se destaca em suas escolhas são os livros que não querem ler: aqueles que falam sobre a vida no presídio, como por exemplo o livro “Prisioneiras” (2017), de Drauzio Varella, que foi bastante citado quando questionado quais livros elas não queriam ler de jeito nenhum. Além disso, durante o período, há trocas de livros entre as alunas das outras turmas que dividem a cela.

O ponto principal do projeto é despertar o interesse em conhecer novas histórias a partir dessa oportunidade. Uma das assistidas cita que a primeira vez que teve contato com a leitura foi através do projeto e que ler se tornou uma paixão. Dessa forma, é possível ver a potencialidade que o projeto tem e a oportunidade de realmente ressignificar a vida dessas mulheres, possibilitando uma ressocialização significativa.

Durante os encontros, conseguimos identificar o que elas tinham mais interesse. Com isso, também era visível a relação que elas foram construindo com a literatura. No início, o livro era algo incessível para elas. Nessa turma havia duas assistidas que tinham o hábito de leitura e, para as demais, elas eram “diferentes” e “inteligentes”. Ao começarem a ter contato com livros de seus interesses, essa percepção mudou. Principalmente, após o livro “Cortiço”⁶, onde elas se identificaram com a história, definindo a cela como o cortiço. Elas contaram que era praticamente a mesma realidade relatada no livro. Outro livro que gerou muito debate foi o “Caçador de Pipas”⁷, onde elas relataram que se emocionaram com a história e se tornou uma das preferidas.

Ao discutir os livros e ver as comparações e relações que as assistidas criavam com o livro, foi possível analisar como a literatura e o processo de escrita atravessam a trajetória das mulheres privadas de liberdade no sistema prisional de Juiz de Fora a partir do projeto de extensão “Literatura e Cárcere”, possibilitando a reconstrução de sua autonomia, identidade, autoestima e contribuindo para a reflexão sobre suas

⁶ AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

⁷ HOSSEINI, Khaled. O Caçador de Pipas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

trajetórias e meios para construir outras possibilidades de futuro por meio da leitura, rodas de conversas e escrita. Dessa forma, é notório a importância desse e de outros projetos que foquem na ressocialização efetiva das pessoas privadas de liberdade.

6 Metodologia

A metodologia utilizada para realizar essa pesquisa de campo foi investigação qualitativa. De acordo com Pope e Mays (2005), esse campo de pesquisa está relacionado a vivências e interpretações que as pessoas atribuem ao mundo social, tendo como ponto forte o local de pesquisa, que ocorre em seu ambiente natural e não em ambientes pré-preparados, utilizando instrumentos como observação, podendo ser ela participativa, falar com as pessoas e ler o que elas escrevem. Dessa forma, vai além daquilo que é previsível ou mensurável. Lüdke e André (2014), abordam que, segundo Bodgan e Biklen (1982),

A pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bodgan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (LÜDKE; ANDRÉ, 2014, p. 14).

Nesta pesquisa, utilizou-se como a observação direta e entrevistas para sua realização. Os autores destacam que é necessário perguntas que se baseiam “no comportamento ou na experiência, na opinião ou no valor, no sentimento, no conhecimento, na experiência sensorial e aquelas sobre detalhes demográficos ou de formação” (2005, p. 23 – 24).

O trabalho apresentado a seguir foi realizado no Anexo Feminino Eliane Betti, com as mulheres privadas de liberdade que são assistidas pelo projeto de extensão “Literatura & Cárcere”. É importante ressaltar que durante os encontros realizados a presença de gravadores ou celulares era estritamente proibida dentro da unidade prisional, dessa forma, foi utilizado anotações. Segundo Pope e Mays (2005), é necessário que no campo de observação o pesquisador tenha boa memória e um registro que seja claro,

Às vezes é possível fazer uma anotação ou gravar informações no ambiente, outras vezes isso pode não ser prático ou pode ser postergado. Recordar eventos e conversas é importante e é uma capacidade que precisa de prática. A memória pode ser ajudada pelo uso de anotações rabiscadas, quando possível, durante a observação (POPE; MAYS, 2005, p.46)

Para realizar a pesquisa, fui observando e conversando com as assistidas e, logo após sair, anotava tudo que era relevante para pesquisa. É importante ressaltar que durante o período dos encontros, o grupo foi modificando-se, uma vez que

algumas tinham datas de benefícios⁸ próximas, sendo transferidas ou conseguindo sua liberdade. Dessa forma, a escolha das entrevistadas passou por alterações. Foram selecionadas quatro mulheres e realizada uma entrevista com os seguintes eixos: 1 – Trajetórias na Educação Formal, 2 – Experiências de Leitura, 3 – Experiências de Escrita e 4 – Relação com o Projeto Literatura e Cárcere.

⁸ Assistidas que tinham direito à saída temporária, que duram sete dias, podendo ser utilizada para visita a familiares, principalmente em feriados, durante o período de encarceramento.

7 As principais vozes do Projeto Literatura e Cárcere

Os sujeitos da pesquisa eram todas mulheres e detentas do Anexo Feminino Eliane Betti. Ao todo foram entrevistadas quatro mulheres, que para manter suas identidades preservadas receberam nomes fictícios a flores, sendo elas Dália, pois essa flor representa gentileza, Girassol, que representa coragem, Ave do Paraíso, que é esperança e Peônia, que simboliza a felicidade. Dália, de 35 anos, durante os encontros, nos contou sobre sua trajetória até chegar ali. Filha de professora, ela sempre frisou que vinha de uma família onde os estudos eram prioridade, citando sempre a mãe e a irmã e se lamentando por não ter valorizado os estudos enquanto podia. Quando chegou ao Anexo Feminino, só havia concluído o primeiro ano do ensino médio e lá dentro teve a oportunidade de fazer até o terceiro ano, mas não chegou a concluir. Além disso, contou sobre sua experiência ao fazer a prova do Enem, se lamentando por não conseguir passar e expressando vontade de fazer novamente. Dália, que é mãe, trouxe, durante as conversas, o orgulho por ter um filho que é focado nos estudos. Em seus relatos, ela nos conta como a escrita se tornou uma forma de desabafo durante o cumprimento de sua pena, utilizando-a para expressar seus sentimentos e se comunicar com sua família.

Peônia, de 29 anos, apesar de gostar bastante de conversar, sempre foi mais reservada sobre sua vida aqui fora. Ao expressar seu desejo de ter novamente a sua liberdade, relatou sobre o seu vício e como isso a afastou dos estudos durante a vida. Criada por seu pai e irmãs, ela traz sobre sua trajetória repleta de altos e baixos, marcada por muita violência. Peônia, que estudou até o sétimo ano, relata a dificuldade de se manter na escola, pois sempre estava envolvida em confusões. Logo após engravidar, decidiu largar definitivamente os estudos. Teve a oportunidade de ter aula durante o cárcere, mas foi expulsa por se envolver em brigas.

Ave do Paraíso, de 30 anos, durante os primeiros encontros, era mais tímida e aos poucos foi relatando sobre sua vida. Criada pela avó e seus outros três irmãos, ela relata a luta de sua avó para que ela focasse nos estudos. De acordo com T., que estudou até o nono ano, conta que sua avó sempre priorizou a importância dos estudos, porém, ela nunca se interessou. Ao começar a namorar, com doze anos, fugia da escola e foi apresentada às drogas e logo após engravidou do seu primeiro filho, largando de vez os estudos. Durante o cárcere, sente falta de ter a oportunidade de concluir os estudos. Mãe de dois filhos, ela traz em sua narrativa o desejo que eles

continuem na escola e tenham uma formação, pois, de acordo com ela, assim eles não terão a mesma trajetória que ela. Questionada sobre o que faria se pudesse concluir os estudos, Ave do Paraíso relata que sempre quis fazer faculdade de História, mas ao longo de sua vida foi desencorajada por seus irmãos, mas que tem desejo em fazer cursos voltados para essa área.

Por último, Girassol, de 26 anos, desde os primeiros encontros, a primeira pergunta que fazia era como estava o mundo aqui fora e quais eram as novidades. Durante as conversas, sempre frisou que não gostava de ler, mas fazia esforço para conseguir sua remissão através da leitura. Coursou até o primeiro ano do ensino médio, mas relatou que nunca gostou de ir à escola e não teve incentivo de sua família para continuar os estudos depois que engravidou, mas que tinha vontade de retornar os estudos durante o cárcere.

7.1 Trajetórias na Educação

A entrevista sobre o primeiro eixo, Trajetórias na Educação Formal, foi dividida em quatro perguntas: qual sua escolaridade?; como foi a experiência escolar durante sua vida (infância, adolescência e vida adulta)?; No cárcere, como foi a experiência de ter aula durante esse período? Gostaria que fosse ofertado o ensino médio?

Ao responderem sobre a experiência escolar, todas citaram que tiveram uma trajetória turbulenta, pois não gostavam de ir à aula e se envolviam em brigas ou atrapalhava. Duas citaram que largaram os estudos após engravidarem. Em relação ao estudo durante o cárcere, apenas uma conseguiu o benefício, mas por se envolver em confusões, acabou sendo expulsa. No relato das outras entrevistadas, apareceu a vontade de realizar o ensino médio durante o cárcere, a fim de conseguirem oportunidades melhores ao cumprirem suas penas

Ao serem questionadas sobre a escola, era possível perceber a contradição que ocorria. Todas sinalizaram a importância dos estudos e como queriam que tivesse sido diferente suas trajetórias, mas ao mesmo tempo não se viam merecedoras de retornar aos estudos. Além disso, houve falas que ressaltaram a preocupação em relação aos estudos dos seus filhos, como por exemplo durante o relato de Ave do Paraíso ela traz a seguinte fala: “o meu maior desejo é ver meus filhos seguindo nos

estudos, porque senão, eles vão se tornar eu”. Em outros trechos durante a entrevista, ela relata que seu filho mais velho não se interessa pelos estudos, assim como ela:

“O meu (filho) mais velho infelizmente me puxou. Eu fico aqui sem saber o que fazer, já cansei de falar pra ele que sem estudos ele não vai conseguir nada. Perguntei se ele quer virar traficante e tá onde eu to. Mas não tem jeito, ele mata aula, fala mentira, não faz as tarefas da escola, vive sendo expulso. Isso me chateia, né. Porque queria que ele crescesse na vida, mas fazer oque.”

Dália também traz em seu relato sua percepção da educação. Com uma mãe pedagoga e sua irmã que é assistente social, a primeira coisa que ela citou ao ser questionada sobre escolaridade, foram as formações de seus familiares. Durante os encontros, ficou perceptível como falar sobre isso era uma forma de se validar e mostrar que tinha uma estrutura familiar. Dália também traz com muita ênfase sua vontade de retornar os estudos.

“eu sinto falta de quando eu estudava aqui no presídio. Era bom pra passar o tempo e porque você sai daqui com uma formação, né. Eu tenho vontade de fazer faculdade quando sair, quem sabe fazer Enfermagem?”

A vontade de estudar e ter uma formação após o cárcere é algo que apareceu recorrentemente durante os encontros. Nas primeiras rodas de conversa, Ave do Paraíso desabafou sobre o seu sonho de ser historiadora e como se arrependia de não ter dado valor aos estudos quando mais nova, assim como seus irmãos. Ela citava que não via a possibilidade de retornar os estudos, apenas se fosse oferecido durante o cárcere. Mas esse pensamento foi mudando ao longo dos encontros e ela já falava sobre a possibilidade de terminar os estudos e fazer algum curso profissionalizante, como bibliotecária.

Apesar de deixar claro que nunca gostou de estudar, Girassol também via na educação uma forma de se reinserir na sociedade. Ela nos relatou que estava no processo de passar para o regime semiaberto⁹ e que uma de suas vontades era terminar os estudos para conseguir um emprego melhor durante o cumprimento da pena.

Outro ponto que se destaca é o início de relacionamentos amorosos cedo que impactaram diretamente na trajetória educacional das assistidas. Das quatro, três

⁹ O regime semiaberto permite que a pessoa privada de liberdade trabalhe ou estude fora da unidade prisional durante o dia, retornando apenas à noite.

citaram o início do namoro e a gravidez como motivos para largarem os estudos. Girassol, relata que nunca gostou de estudar, que, de acordo com ela, “ficava com a galera do fundão fazendo bagunça”, mas que gostava de ir à escola. Porém, depois que engravidou, não quis retornar.

“depois que eu engravidei, nunca mais voltei. Primeiro veio o meu mais novo e depois que tive o segundo, aí que eu não quis mesmo. E eu já tava na vida fácil junto com o meu ex-marido. Hoje eu me arrependo, mas na época eu tinha que cuidar deles e dar meus pulos”.

Durante os relatos, aparece a entrada para o mundo crime atrelada a companheiros amorosos que começaram ainda na infância/início da adolescência. Como foi no caso da Ave do Paraíso, onde ela relata que o ex-marido começou a fornecer drogas para ela vender na porta da escola.

Muitas vezes,

“eu ia pra escola e meu ex me tirava de lá. Nessa época, eu comecei a usar droga, porque ele me deu a primeira vez, aí ele me chamava pra usar e eu ia. Aí depois comecei a vender também e foi indo. A única que tentou me tirar disso foi minha vó. Me obrigava a ir pra lá, mas ela virava e meu ex já tava me esperando. Foi assim que eu acabei engravidando com 15 anos e larguei de vez a escola”

Muitas vezes, a realidade dessas mulheres é atrelada ao tráfico, uma vez que seus cônjuges as levam para esse mundo. Dessa forma, acabam engravidando na adolescência e largando os estudos, com esperança de que a venda de drogas forneça sustento. Porém, quando são presas, muitas vezes, são abandonadas por seus parceiros e acabam assumindo toda culpa pelo crime. Esse foi o caso da Ave do Paraíso, que relata que quando foi presa pela primeira vez, assumiu as drogas para livrar seu ex-marido e enquanto cumpria sua pena, não teve apoio de seu companheiro e de nenhum familiar, além de não ter notícias de seus filhos. Isso contribui para a reincidência na prisão, uma vez que quando essas mulheres cumprem suas penas, não tem amparo para se reintegrar na sociedade, voltando para o mundo do crime para sobreviver.

7.2 A leitura no ambiente do cárcere

Ao responderam as questões referentes às experiências de leitura, é possível observar que ao serem questionadas sobre o contato com livros fora do cárcere, todas só tiveram contato com a leitura através dos livros didáticos no período da escola. Quanto à pergunta sobre a experiência de terem um adulto mediador da leitura durante a infância, apenas uma respondeu que seu pai e as irmãs liam para ela. É notório como a falta desse hábito reflete nos gostos atuais, uma vez que estas não têm tanto contato com os livros.

Um fato que chamou a atenção durante as conversas foi a citação constante da leitura da bíblia. No primeiro encontro, ao fazer uma roda de conversa com as assistidas, a maioria respondeu que não gostava de ler, mas que todos os dias lia a bíblia. Era perceptível como a bíblia se tornou algo sagrado para elas, não sendo visto como um livro como aqueles disponíveis durante o mês. Frases como: “eu não gosto de ler”; “não consigo ler uma página”; “ler é chato”, eram cotidianas quando questionadas sobre os livros, mas quando era sobre a bíblia, elas afirmavam que liam durante dias. Fica claro que a questão não é o livro em si, mas o que elas aprenderam durante suas trajetórias. A bíblia vem como instrumento de fé e esperança, trazendo um acolhimento e uma sensação de perdão para elas.

Ao observar as conversas sobre a leitura durante os encontros, ficou nítido como para elas é algo inacessível. Ao discutimos sobre os livros que elas já tinham lido e o hábito de leitura no cárcere, apenas duas assistidas tinham esse hábito. Ficou claro que as demais achavam que não tinham condições para acessar outros livros, uma vez que surgiram falas indicando que as duas eram “diferentes” e por isso gostavam. Ao longo de um dos encontros, uma das assistidas traz que teve seu primeiro contato com livros durante o projeto:

“lá fora eu nunca tinha lido um livro, nunca tive contato. Até porque é caro e eu achava que não era pra mim, que eu não ia gostar. Fui ler um livro pela primeira aqui e me apaixonei. Agora eu leio tudo muito rápido porque eu gosto. É um mundo diferente, te faz sair um pouco da realidade, ficar curiosa, conhecer outros lugares. Eu me apaixonei pela leitura”

O letramento literário permite a interação, a construção e ampliação de universos possibilitando a conscientização do indivíduo, auxiliando na construção de sua identidade, na sua emancipação e autonomia, além de poder refletir através das diferentes histórias o modo de ser e estar no mundo, pensando na construção da sua

própria trajetória. De acordo com Winchuar e Bahls (2017, p. 149), as “práticas de leitura não trata de transmitir verdades, informações, normas, mas sim de criar novas referências. (...) que tornam essas práticas indispensáveis no ambiente penitenciário, pois podem suscitar nos leitores novas formas de ver o mundo e o que os cerca”.

Outro ponto importante foi a relação da leitura com e pelos filhos. Ao questionar se alguém da família tinha esse hábito, duas responderam que seus filhos tinham. Com isso, Ave do Paraíso relatou sobre a paixão do seu filho mais novo por livros, que foi estimulada pela sua irmã, que sempre deu de presente. Ela conta que um dia antes de ser presa, seu filho estava lendo para ela. Essa relação com os livros muda quando é com os filhos, pois ficou claro que elas sentem orgulho de ter filhos leitores e a importância que isso tem na criação e vida deles.

Ao serem questionadas sobre contato com a leitura durante o cárcere e se algo tinha mudado em relação a leitura, elas citaram que era uma forma de passar o tempo. Dália ressaltou que durante a leitura faz anotações das palavras que ela não sabia a escrita correta, “me ajuda a conhecer as palavras também e escrever melhor. Outro dia, eu vi a palavra “contexto” num livro e vi que escrevia com “x”, eu não sabia”. Durante o cárcere, o projeto de leitura ocorre de maneira única e diferenciada, seguindo “um padrão rígido imposto pelas condições de vida das presas, mas a normalização imposta a essa leitura não tira da cena a leitura como um acontecimento na vida das detentas” (GUSMÃO, 2012, p.90), indo além de uma forma de reduzir a pena e se tornando um lazer, para que elas ocupem o tempo.

A leitura também torna um momento de socialização entre elas, uma vez que foi relatado que elas faziam rodas de conversas na cela para discutir durante a leitura. Dessa forma, quando uma não se interessava pelo livro e não conseguia prosseguir na leitura, as demais ajudavam explicando o livro de forma mais didática e, muitas vezes, trazendo para o contexto delas. Um livro que repercutiu muito para além dos debates nos encontros foi “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo. Entre elas, discutiram sobre características dos personagens que mais assemelhavam a elas e recontaram a história como se estivesse ocorrendo dentro da cela.

Ao longo dos encontros, elas também identificavam o gênero preferido das companheiras de celas. Quando explicávamos sobre o tema do livro, elas já falavam quem ia gostar mais. É perceptível como a literatura vai além do pessoal para o coletivo. Além de ajudar elas a refletir sobre suas realidades e trajetórias, também as aproxima e surge uma nova forma de criar vínculos.

7.3 A escrita como forma de desabafo

No terceiro eixo relacionado à experiência da escrita, ficou claro que a escrita não se fazia presente na vida delas e isso foi modificando durante o cárcere. Ao longo das perguntas apareceu muito o uso de cartas para se comunicar, tanto com as outras detentas quanto com os familiares. Uma das entrevistadas relatou sobre os bilhetinhos que ela escreve no dia a dia, que são chamados de catucho, explicando que passa de mão em mão até chegar no destinatário. Além disso, Peônia relatou o uso da escrita como forma de desabafo, onde ela escrevia o que estava sentindo no momento e depois rasgava, tanto para se libertar daquele sentimento, quanto para ninguém ler.

“eu não gostava de escrever, mas aqui é a única forma que eu tenho de desabafar, de não guardar esse sentimento ruim com a gente. Eu escrevo tudo que eu to sentindo, sempre. Aqui a gente perde a esperança, fica muito sozinha e não pode confiar em ninguém. (...) então eu sempre escrevo tudo que eu to sentindo, como se fosse um diário, uma conversa com Deus, e depois eu rasgo tudo com medo de alguém ver”.

A escrita se transforma durante o cárcere, tornando-se um refúgio. Dália, também relata que escreve quando se sente chateada, mas, diferente de Peônia, ela guarda tudo em seu diário. Além disso, utiliza a escrita para animar suas amigas quando essas se encontram tristes.

O uso da carta também foi muito citado durante as entrevistas. Como não há contato direto com seus familiares aqui fora, as assistidas usam desse recurso para conseguir se conectar com as pessoas que são importantes para elas aqui fora. Para além disso, há também as cartas trocadas entre elas, como por exemplo a Girassol com sua namorada.

A escrita durante o cárcere se ressignifica a ser um meio de conforto, desabafo e comunicação. Há muitos relatos durante os encontros sobre se sentirem sozinhas e utilizar a escrita para organizar os pensamentos e como forma de companhia. Ave do Paraíso cita que quando escreve, consegue entender o que está sentindo e isso a acalma. Elas utilizam da escrita como refúgio dessa realidade. Além disso, é uma forma de demonstrar carinho e afeto, como as cartas escritas por Girassol, que escreve para sua namorada uma vez que elas não estão na mesma cela. Ela relata que é uma forma de se aproximar e apaziguar a saudade. Outro exemplo são as cartas escritas por Dália, para consolar suas amigas quando estão chateadas. A escrita

tem o poder de restaurar a autoestima e a alegria, além de demonstrar o cuidado e a preocupação pela outra.

7.4 O significado do projeto para as assistidas

Já em relação ao projeto Literatura e Cárcere, as quatro entrevistadas citam sobre a importância durante a privação de liberdade. É nítido como ter o contato com outras pessoas é algo gratificante para elas. Todas citaram sobre o acolhimento durante os encontros. Para além disso, também relataram como o projeto impacta a vida delas futuramente, alegando que durante as conversas vê uma possibilidade de reestruturação, com o objetivo de não retornar ao mundo do crime. É importante ressaltar como o projeto dá espaço para essas mulheres se expressarem e vê suas potencialidades, como o contato com a leitura e a escrita, que foram se modificando ao longo dos encontros.

Peônia e Girassol sempre perguntavam quando voltaríamos e se iria demorar muito. As duas, durante os encontros, gostavam de conversar sobre o dia a dia ali dentro e saber como estava o mundo aqui fora. Além disso, ressaltavam a importância do projeto para elas, Peônia relatou que, às vezes, no dia do encontro, estava chateada e desanimada e ter o contato com a gente alegrava o dia dela. É importante como o acolhimento e o carinho no ambiente privado de liberdade tem um significado maior.

Dessa forma, ao analisar as respostas e as falas das assistidas durante os encontros, é possível identificar como a base da educação foi conturbada, contribuindo para a mudança de suas trajetórias. E, estando em um lugar totalmente privado de liberdade, elas veem a educação como forma de mudança, principalmente quando falam sobre seus filhos. Algo em comum nos relatos é como elas priorizam que seus filhos estejam na escola. Durante os encontros, Ave do Paraíso cita que em conversa com seu filho mais velho sobre ele não querer ir as aulas, ela se usa como exemplo, alegando que o único caminho para mudar de vida, é pelos estudos.

O projeto de extensão sobre leitura traz a oportunidade dessas mulheres de pensar sobre suas vidas e terem contato com algo além das grades. Durante as entrevistas, quase todas relatam sobre como usam a leitura e a escrita como válvula de escape, tornando-os instrumentos de “lazer” para essas mulheres, mas, para além disso, um refúgio para fugir da solidão que o cárcere traz. É nesse ponto que projetos

como esses fazem a diferença. Dar oportunidade para se expressarem e se reconhecerem novamente, vê as possibilidades para além do cárcere.

A escrita é uma arte que desperta sentimentos e isso fica claro nos relatos das assistidas, quando usam como forma de desabafo ou para ajudar uma amiga de cela. Até quando escrevem o que estão sentindo e depois rasgam, para sumir com aquele sentimento, como Peônia citou que faz.

Considerações Finais

Ao final dessa pesquisa, é importante lembrar o percurso que me trouxe até aqui. Ao decidir estudar e pesquisar sobre como a educação atravessava a vida das mulheres privadas de liberdade, eu não entendia como poderia ser um processo longo e difícil. A tentativa de começar a pesquisa começou em 2022, mas, infelizmente, não foi para a frente. Em 2023, retornei com a ideia, porque sentia que deveria falar sobre esse tema. A partir desse ano, começava a trajetória mais desafiadora durante a minha formação: conseguir ter acesso a essas mulheres. Foram inúmeras tentativas e poucos recursos, uma vez que pouco se tem informações sobre como conseguir ter acesso ao Anexo Eliane Betti. Quando tinha esgotado todas as minhas tentativas de contato, surge, em agosto, o Projeto de Extensão Literatura e Cárcere. Comecei, a partir de setembro, a participar mensalmente dos encontros e percebi o porquê a minha intuição não me deixava desistir: eu precisava escutar aquelas mulheres. A cada encontro, elas contavam mais um pouco sobre suas trajetórias de vida e, mesmo sem perceber, como a educação tornou uma forma de refúgio dentro do cárcere. Através das histórias que eu ouvi, decidi pesquisar sobre a importância da escrita e da leitura para as mulheres privadas de liberdade.

A pesquisa me possibilitou enxergar como é importante o acesso à literatura e escrita nesses ambientes de privação que são esquecidos e excluídos da oportunidade de ter acesso ao básico, como a educação. A leitura nesse contexto, se modifica, tornando-se, além de um refúgio da realidade, uma forma de se perceber no mundo e realizar críticas sobre as trajetórias de vida e o futuro. Como ocorreu ao lerem “O Cortiço” (Azevedo, 1987), que se identificaram. O escrever também altera o seu significado para elas, quando há relatos que fora do cárcere não tinham tanto contato e agora utilizam da escrita para desabafarem e se comunicarem. Além disso, é necessário destacar como o projeto atravessa a vida dessas mulheres de uma outra forma: no acolhimento e na escuta. Muitas relataram que esperavam ansiosas pelo dia do projeto porque gostavam de conversar com a gente. O contato com pessoas, além da família, que não estão em ambiente de privação, é uma forma de acolhimento para elas. A troca entre as conversas as deixavam seguras para relatar sobre suas vivências, sobre o dia a dia ali e sobre suas perspectivas para o futuro. Junto com a pesquisa, o projeto viabiliza o planejamento para o futuro, visando sair do mundo da

criminalidade e buscar outros caminhos, como voltar a estudar, como foi citado, por exemplo.

Ao final da pesquisa, é possível perceber como o acesso a esses ambientes precisa ser mais fácil, a fim de ter pessoas interessadas em conhecer e divulgar o outro lado, mostrando as potencialidades desses indivíduos privados de liberdade. Além disso, o acolhimento e a escuta precisam sempre ser prioridades nesse ambiente, pois essas mulheres vêm de lugares onde são excluídas e julgadas. Dessa forma, se faz necessário que sejam realizados mais pesquisas e projetos com as mulheres privadas de liberdade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BÓZIO, Jéssyca Finantes do Carmo; MOLIN, Beatriz Helena Dal. Remição pela leitura e práticas de letramento: uma relação interdependente rumo à libertação. Travessias, v. 10, n. 3, Cascavel, 2016.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984: Lei de Execução Penal. Código Penal, Código de Processo Penal. Constituição Federal.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC.

CÂNDIDO, Antônio. Vários Escritos. 3ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DEPEN. Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulheres, 2ªed. Brasília: DEPEN, 2018.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1986.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUSMÃO, Zilma da Silva. Histórias de mulheres detentas: um estudo sobre a construção da identidade leitora. 2012. 121f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.

VALARINI, Sharlene Davantel. Diários de bordo: uma viagem pela leitura de textos com o tema infância na Penitenciária Estadual de Maringá. 2009, 222 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2009.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WINCHUAR, Márcio José de Lima; BAHLS, Diego Paiva. A leitura como prática de (re)socialização no sistema penitenciário nacional. Educação e emancipação, v. 10, n. 2, São Luís, maio-ago, 2017.